

ARTIGOS COMPLETOS/COMPLETS ARTICLES**MERCADO DE TRABALHO FORMAL DOS SERVIÇOS PESSOAIS E DOMICILIARES NO BRASIL**RINALDO APARECIDO GALETE ⁽¹⁾

FACULDADES NOBEL

FACULDADES MARINGÁ

UNIANDRADE DE MARINGÁ

COOPERUNI – Cooperativa dos Professores Universitários de Maringá

RESUMO

Este estudo, de caráter exploratório, analisa o perfil dos ocupados no mercado formal de trabalho dos serviços pessoais e domiciliares, tomando-se como base de análise os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Após buscar algumas respostas sobre: o que é o setor de serviços? Qual o conceito de setor de serviços? O que se entende por setor de serviços? O que são os serviços pessoais e domiciliares? Adotando-se uma proposta de classificação internacionalmente utilizada na literatura internacional, o escopo pretendido é analisar a composição do emprego, as perspectivas de geração de renda do setor de serviços pessoais e domiciliares, no seu segmento do mercado formal de trabalho. Por mercado formal de trabalho entende-se aquele que prevalecem relações de trabalho assalariadas. Os resultados indicam que, mesmo em se tratando do segmento formal do mercado de trabalho, o setor de serviços pessoais e domiciliares não apresenta características distintas daquelas observadas para o conjunto do mercado de trabalho (formal e informal) para o mesmo segmento. Sob certos aspectos, mesmo no “privilegiado” mundo do trabalho formal, as características históricas e estruturais desse segmento ocupacional são reforçadas.

PALAVRAS-CHAVE: Serviços. Serviços Pessoais e Domiciliares. Mercado de Trabalho. Emprego. Renda

FORMAL JOB MARKET FOR PERSONAL AND DOMICILIARY SERVICES IN BRAZIL**ABSTRACT**

This exploratory study analyzes the employees' profile of those who are in the formal job market for personal and domiciliary services, based on the data known as RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (Yearly Social Information List). We also tried answers for these questions: what is service sector? What is its concept? What is understood by service sector? What are the personal and domiciliary services? By adopting an international classification proposal used for the international literature, the intention is to analyze the job parts, the income generation outlook of the personal and domiciliary services, at the job formal market segment. By “job formal market” we mean “the one where there is salary in the job relation”. The results show that, even in the job market formal segment, the sector of personal and domiciliary services don't present different characteristics from those observed for all the job market (formal and informal) for the same segment. In some situations, even where the formal job is present, the historical and structural characteristics, of that segment, are very strong.

KEYWORDS: Services, personal and domiciliary services, Job market, job, income

1) INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho nos anos 90 tem como traços marcantes novas configurações e condições de funcionamento, sendo o aumento da informalidade e do desemprego os seus principais marcos.

A característica dessa nova dinâmica aparece sob a forma da desarticulação do trabalho assalariado e pelo aumento intensivo dos segmentos ocupacionais não assalariados voltados, em sua grande maioria, para o atendimento de serviços pessoais e domiciliares, ou seja, em ocupações de baixa qualificação e baixo rendimento, tornando-se o mercado de trabalho nacional cada vez mais precário e excludente (DEDECCA, 2000).

A década de 90 tem como peculiaridade um processo de deterioração do mercado de trabalho, cujos principais sinais são: a queda do emprego formal; o aumento da precariedade dos empregos; da taxa de desemprego e da informalidade; a transferência de trabalhadores do setor industrial para o setor de serviços (MATOSO, 1999).

Os postos de trabalhos abertos, em sua grande maioria, caracterizam-se pela precariedade nas condições e relações de trabalho; e os salários médios reais permaneceram na década de 90 apenas 2/3 do que eram nos 80, enquanto as taxas de desemprego tornaram-se o dobro do que eram no final dos anos 80 (POCHMANN, 2001).

Os impactos negativos que recaem sob a estrutura e a dinâmica da ocupação relacionam-se diretamente com a natureza da política macroeconômica adotada, baseada na abertura comercial e financeira, praticada de maneira desordenada, na contenção do crescimento econômico, na desregulamentação econômica e financeira e no desmantelamento do aparelho do Estado (TAVARES, 1997). Concomitantemente, tivemos uma deterioração de parte significativa do parque produtivo, desestruturação de parte das cadeias produtivas e desigualdade entre os rendimentos (POCHMANN, 1999)

Esta nova realidade aponta para o que BALTAR (2003) cunhou de estreitamento do mercado de trabalho brasileiro, cujas manifestações aparecem: na dificuldade de entrada do jovem no mercado de trabalho; a redução da busca por trabalho remunerado; aumento da incidência do desemprego aberto; redução absoluta dos empregos nas grandes empresas; pelo aumento expressivo do emprego em pequenas e médias empresas.

O aumento do desemprego aberto e da inatividade implicou em uma maior precariedade daqueles que conseguiram uma ocupação, tendo em vista a queda do emprego e o aumento da exploração nas grandes empresas; o aumento do emprego em pequenas e médias empresas, acompanhado por um maior descumprimento da legislação trabalhista; da proliferação do emprego em pequenos empreendimentos não empresariais e do serviço doméstico remunerado (BALTAR, 2003).

Segundo Morais (2005), tornou-se consensual, nas análises recentes sobre o mercado de trabalho brasileiro, que os serviços pessoais foram os que responderam pela maioria das ocupações geradas, sobretudo ao longo destes últimos anos; ocupações caracterizadas pelos mais altos níveis de informalidade.

No Brasil, os estudos têm apontado que o setor de serviços é caracterizado por um grau de informalidade elevado (ULYSSEA 2005). No presente estudo, estamos interessados em analisar, dado a natureza da base de dados utilizada, o mercado de trabalho formal do setor de serviços, aqui entendido como aquele composto por trabalhadores assalariados com Carteira de Trabalho assinada. Em que pesa o fato de ter a Carteira de Trabalho assinada pelo empregador não garante a qualidade de um bom emprego, normalmente espera-se que um emprego formal seja de qualidade melhor que um informal (sem Carteira de Trabalho assinada).

Mas, afinal de contas, o que é o setor de serviços? Qual o conceito de setor de serviços? O que se entende por setor de serviços? Esta não parece ser uma tarefa fácil, conforme observado na literatura pertinente ao tema.

No presente estudo, adotando-se uma proposta de classificação relevante, internacionalmente utilizada na literatura internacional, o escopo aqui pretendido é analisar a composição do emprego, bem como as perspectivas de geração de renda do setor de serviços pessoais e domiciliares, especificamente no que tange ao mercado de trabalho formal deste setor. No presente estudo, a fonte básica de informações advém dos dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Sendo assim, por mercado formal de trabalho entende-se aquele em que prevalecem relações de trabalho assalariadas. Dele fazem parte o conjunto de empresas que apresentam relações jurídicas de trabalho, proporcionando ao indivíduo proteção como INSS, FGTS, Seguro Desemprego e PIS/PASEP, entre outros.

O estudo está assim dividido, além dessa introdução: a seção dois contextualiza o que são os serviços pessoais e domiciliares, principalmente no Brasil; a seção três apresenta a evolução do conceito de setor de serviços dentro da literatura pertinente, com uma sumária revisão bibliográfica, além de apresentar qual a tipologia do setor de serviços que está sendo utilizada no presente estudo; a seção quatro tece comentários sobre a base de dados aqui utilizada; a seção cinco apresenta detalhes da composição do setor de serviços, tendo em vista a tipologia adotada; detalha a composição do setor de serviços pessoais e domiciliares, bem como analisa as suas características atuais em termos de geração de emprego e renda; a seção seis sumariza os principais resultados e sugere pistas para o desenvolvimento de pesquisas futuras sobre o presente tema.

2) SERVIÇOS PESSOAIS E DOMICILIARES

Afinal de contas, o que são os serviços pessoais e domiciliares e quais atividades compreende este tipo de serviço? Almeida (1976) destaca que “os serviços de baixa qualificação geralmente recebem tão pouca atenção que a própria coleta de dados peca por falta de um arcabouço orientador” (ALMEIDA, 1976, p.73).

No entanto, esse segmento do setor de serviços está longe de poder ser negligenciado por parte dos estudos sobre o tema, inclusive por, recorrentemente,

ser tido como as atividades que mais vêm gerando emprego e renda no país, sobretudo a partir de 1950 (MORAIS, 2005, p. 18).

Almeida (1976) destaca que:

(...) é significativo que os serviços de baixa qualificação, em geral, encerram ainda uma conotação pejorativa, oriunda da época em que só uma elite reduzida não os prestava para si mesma. (...) o poder de poupar-se dessas tarefas e comandar o trabalho de escravos ou vassalos na sua execução definia a posição hierárquica do membro dominante. (...) quanto mais disponível o serviço, quanto mais exequível pelo consumidor, maior a conotação de poder ao tê-lo executado por outrem. (ALMEIDA, 1976, p.57)

Com o passar do tempo, e a transição do trabalho escravo para o assalariado, Morais (2005, p. 18) destaca que a autora defende a idéia de que:

(...) o que antes era uma relação explícita de poder e sujeição ter-se-ia camuflado com o tempo, passando a ser uma relação de empregador e empregado remunerado (...) [num contexto onde] (...) a busca generalizada da prestação conspícua desses serviços revela que elas continuam a possuir conotação de desigualdade de importância social entre seus prestadores e compradores. (ALMEIDA apud MORAIS, 1976, p. 57).

Para Morais (2005):

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que uma conseqüência trágica dessa conotação, é que o prestador de serviços de baixa qualificação continua, até hoje, a ser o trabalhador menos respeitado da sociedade. Além do que, geralmente estas atividades estão ligadas às pessoas de características étnicas menos valorizadas, inclusive em países mais avançados, tendo em vista o fato de estarem quase sempre ligadas ao ranço da "senilidade" e da "vassalagem", ou conforme termo cunhado por Gorz (1999), "relações de neodomesticidade". (MORAIS, 2005, p.18 - 19)

Para os países "menos avançados", especialmente no caso brasileiro, segundo a mesma linha, Cardoso de Mello & Novais (1998) destacam que:

(...) a desvalorização do trabalho, herança da escravidão, se redefine no julgamento de cada ocupação de acordo com suas características mais ou menos prazerosas, isto é, conforme a visão, também contemporânea, da hierarquia capitalista do trabalho: é mais limpa ou mais suja, mais leve ou mais pesada, mais rotineira ou mais criativa, mais subalterna ou mais de direção. (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998, p. 605)

Também em relação ao caso brasileiro, Almeida (1976) mostra que:

(...) as despesas familiares mais substituíveis pelo trabalho domiciliar tendem a ser os serviços de alimentação, vestuário e reparos domésticos e que, em geral, famílias maiores tendem a fazer seus próprios serviços, em vez de comprá-los. [Em relação ao trabalho doméstico] (...) de fato, o trabalho domiciliar exige um tempo considerável do dia das mulheres e que, no Brasil, unidades familiares mais ricas tendem a poupar-se a essas tarefas, pagando pelos serviços domésticos que consomem, de modo que as classes de renda mais elevadas “poupam tempo” pagando pelo emprego de serviços domésticos. (ALMEIDA, 1976, p. 20)

Lessa (2000) destaca, nesta perspectiva, que:

(...) há um aperfeiçoamento e uma diferenciação da vida metropolitana, e é progressiva a sofisticação dos hábitos urbanos na medida em que a cidade cresce e amplia seus contatos externos; e este processo é acompanhado de uma crescente heterogeneidade social, [tendo em vista o fato de que] (...) todas as transformações incidem numa sociedade escravagista e onde convivem aspectos mais “modernos” e “urbanos” com padrões tradicionais da organização socioeconômica (LESSA, 2000, p.21).

A diferenciação e sofisticação da vida metropolitana aparecem na proliferação dos estabelecimentos prestadores de serviços pessoais ⁽²⁾, aliado à entrada da mulher no mercado de trabalho. Guerreiro (2000), destaca que:

(...) a profissionalização massiva das mulheres, sobretudo a partir da década de 1970, implicou uma notória transformação das relações sociais e, portanto, em mudanças nas configurações da vida familiar, o que propiciou o aparecimento de diferentes necessidades pessoais, tais como restaurantes, e lojas de “pronto a comer”, serviços de reparação diversos, serviços de tinturaria e lavanderia, assistência aos idosos e às crianças (*baby sitting*) serviços de terapia e enfermagem, além dos tradicionais serviços domésticos. (GUERREIRO, 2000, p.22).

Estas necessidades pessoais têm a sua funcionalidade, uma vez que, conforme destacado por Moraes (2005):

Curiosamente ou não, estas diferentes necessidades pessoais abrem espaço, conforme notou Castel (1999) para o surgimento de uma “vasta panoplia de empregos possíveis”, que servem como escapatórias, compensações ou alternativas para a sobrevivência, sobretudo daqueles que estão em situação de desemprego e sem grandes perspectivas. (MORAIS, 2005, p. 22)

De acordo com Lessa (2000), tais constatações se tornam mais evidentes quando se analisa a experiência brasileira:

(...) o crescimento insuficiente do mercado de trabalho organizado e ampliação da população, engendraram a multiplicação de atividades paralelas de subsistência. Foram preservadas as modalidades tradicionais e, neste cenário, acelerou-se o aprendizado da arte de sobreviver no urbano. Foi estimulado o exercício de criatividade e adaptabilidade. A criatividade deriva-se da precariedade da inserção do povo pobre e de sua necessidade de sondar e delinear continuamente brechas para subsistir, uma criatividade popular, que vai além da subsistência e desdobra-se nos demais campos da vida social. (LESSA, 2000, p.228)

O crescimento dos serviços domésticos, e outros serviços pessoais, no Brasil, estão estreitamente relacionados com a desigualdade de renda no país (HENRIQUE, 1999); (Baltar & Dedecca, 1992). Estes últimos autores destacam, por exemplo, que:

(...) o crescimento do emprego doméstico e das ocupações como vigia, por exemplo, pode ter sido significativo, em grande medida, por causa da elevada magnitude das diferenças de renda, que permite a uma família pagar para ter uma pessoa à sua disposição e/ou para cuidar de seu patrimônio. (BALTAR & DEDECCA, 1992, p.16)

Este contexto de crescimento econômico com desigualdade ajuda a explicar a proliferação dos serviços pessoais e domiciliares, proliferação possibilitada pela crescente desigualdade social, o que faz com que uma fração significativa da população açambarque as atividades com melhores remunerações, em detrimento de uma outra parcela que é forçada a reforçar o papel de serviçais, num cenário marcado pela domesticização, ou seja, pela transferência de uma massa econômica e socialmente marginalizada do trabalho antes atribuído à dona de casa (GORZ, 2003).

Mais uma vez, a experiência brasileira é emblemática. Cardoso de Mello & Novais (1998) destacam que:

(...) são incontáveis as mulheres, antes mergulhadas na extrema pobreza do campo, que se tornaram empregadas domésticas, caixas, manicuras, cabeleireiras, enfermeiras, balconistas, atendentes, vendedoras, etc. que passaram a ocupar um sem-número de postos de trabalho de baixa qualificação, alguns de qualificação média. (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998, p.584)

Entretanto, isto não impede a existência de alguns ramos de serviços pessoais mais modernos, ligado ao fato de que, conforme destacado por Cardoso de Mello & Novais (1998):

[...] desfrutando do gasto da elite, defrontamos com uma camada de profissionais que prestam serviços, com grande proveito financeiro, ao corpo estressado e à alma atormentada dos endinheirados e de sua família. [...] com base no gasto suntuário dos ricos e dos privilegiados, forma-se uma “nova camada de clientes – uma espécie de agregado moderno”; que incluem, inclusive, certos “trabalhadores comuns” mais especializados e com melhores níveis de qualificação. (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998, p.610)

Isto faz surgir uma “nova classe média”, que passa a ter acesso também aos “modernos” padrões de consumo das elites, embora não com a mesma qualidade, tendo em vista que:

Diante deste cenário, é de suma importância frisar que, em se tratando desse tipo de serviços no Brasil, alguns dos serviços consumidos pela elite, tornam-se acessíveis aos grupos de renda intermediária, tendo em vista o fato de que são prestados por profissionais mais baratos, ou por empresas voltadas para essa faixa de mercado. (MORAIS, 2005, p.26)

[...] no Brasil, a empregada doméstica é barata, o churrasco – rodízio é barato ou pizza de segunda são baratos por que o churrasqueiro e o pizzaiolo ganham pouco, o salão de beleza é relativamente barato por que a cabeleireira ganha pouco, etc. Esse tipo de exploração dos serviços pela “nova classe média” reduz seu custo de vida e torna o dia a dia mais confortável do que o da classe média dos países desenvolvidos (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998, p. 610).

Esse custo de vida tende a ser cada vez menor, tendo em vista o comportamento do salário mínimo e a quase ausência de uma política de valorização do salário mínimo nacional, pois, conforme destacado por Matoso (2000):

A incompleta conformação de uma sociedade salarial e democrática se reflete também como a sociedade vê o trabalho [...]. Hoje a mesma idéia parece se manter, mesmo após tantos anos de introdução do trabalho assalariado. O descaso com os trabalhos simples ou com as condições de vida daqueles que recebem o salário de base é generalizado [...]. (MATOSO, 2000, p.40)

Dentro deste subgrupo, além do rendimento ser o mais baixo do setor de serviços, esse rendimento também é “homogeneamente” baixo em quase todos os subgrupos que o compõe. É ali, dentro destes subgrupos, que estão presentes os principais “trabalhos simples”, que são vistos com descaso e, principalmente, os serviços pessoais e domésticos que tanto chamam a atenção dos pesquisadores ao se fazerem análises comparativas da sociedade e da economia brasileira, sobre a maneira como a sociedade enxerga as relações salariais. Para Matoso (2000):

As classes médias urbanas se declaram favoráveis a uma melhora do salário mínimo, *ma non troppo*, já que este favorece a plêiade de serviços domésticos (caseiros, guardas, babás, choferes, cozinheiras, faxineiras, etc.) e serviços pessoais (professores particulares, manicures, *personal trainers*, cabeleireiros), de que até hoje dispõem a custo relativamente baixo e que asseguram um padrão de vida de fazer inveja às classes médias dos países desenvolvidos. (MATOSO, 2000, p.41)

Esta permissividade dos baixos salários está relacionada ao fato de que o mercado de trabalho brasileiro é historicamente marcado pela heterogeneidade, que reflete uma herança social, dado que o desenvolvimento econômico, ao invés de promover a homogeneização, criou uma série de desigualdades que não foram superadas desde o período colonial. Neste sentido, resta ao amplo contingente urbanizado, pobre e livre, subsistirem em formas não assalariadas. Barbosa de Oliveira (1998).

Em decorrência dos impactos negativos da reestruturação da economia sobre a estrutura e a dinâmica das ocupações, sobretudo a partir dos anos 90, a questão da sobrevivência pela via do mercado se tornou mais problemática e complexa. Baltar (2003) destaca que deve-se atentar ao significado especial dessas mudanças tendo em vista que:

(...) o aumento do desemprego, o revigoramento do crescimento do serviço doméstico, além do forte aumento do trabalho não remunerado, implicaram em dificuldades para os jovens inserirem no mercado de trabalho; fato este que coincidiu com a consolidação do crime organizado no país, principalmente nos ramos do tráfico de drogas, roubo de cargas, seqüestro de pessoas e contrabando de armas. (BALTAR, 2003, p.148)

Segundo Morais (2005):

Não é de admirar que um dos setores que mais impactos sofreu por força deste “reordenamento” econômico e social tenha sido o setor de serviços, em suas diferentes dimensões. Desde o início da década de 1990, a dinâmica do mercado de trabalho tem-se caracterizado pela desarticulação

da oferta de empregos (novos postos de trabalho assalariado) e pelo aumento intensivo dos segmentos ocupacionais não assalariados, voltados em sua grande parte, para o atendimento de serviços pessoais e domiciliares (ou seja, em ocupações de baixa qualificação e baixo rendimento). Para o IPEA (2000), os serviços pessoais e domiciliares, juntamente com a construção civil, sustentaram a expansão da ocupação durante a década de 90. (MORAIS, 2005, p.28).

A mesma idéia é reforçada por Cardoso Jr. (1999), ao destacar que:

[...] o caso dos serviços pessoais e domiciliares é tão emblemático para o segmento dos serviços quanto o da construção civil para o segmento industrial, uma vez que ambos apresentam os maiores níveis de informalidade entre seus trabalhadores ocupados com rendimentos no trabalho principal, evidenciando um processo de deterioração do mercado de trabalho brasileiro na década de 90, na medida em que concentram grandes contingentes de mão-de-obra urbana. (CARDOSO JR., 1999, p.46)

No presente estudo, o foco principal da análise será os serviços pessoais e domiciliares que estão inseridos no “privilegiado” segmento formal do mercado de trabalho, no sentido de, após a identificação de “o que é” e “quais atividades” compreendem estes tipos de serviços; identificar: Quem são? Qual o perfil de seus ocupados? Bem como as características marcantes deste segmento do mercado de trabalho no Brasil.

3) CONCEITUAÇÃO DE SETOR DE SERVIÇOS PESSOAIS: UM TEMA CONTROVERSO

Antes de enveredarmos diretamente no escopo central do presente estudo, torna-se mister, em termos metodológicos, adotarmos um conceito do que estamos considerando como setor de serviços. Esta não é uma tarefa fácil, conforme observado na literatura pertinente ao tema, haja vista, principalmente, a heterogeneidade desse setor: segundo Andrade (1994):

A definição de setor serviços é uma discussão que se encontra em bases precárias na literatura. Inicialmente esse setor foi tratado como uma categoria residual – por exclusão, todas aquelas atividades que não se enquadrassem na classificação dos setores primário e secundário eram consideradas atividades do terciário. O setor de serviços se caracteriza, principalmente, pela heterogeneidade de suas atividades, o que torna difícil uma delimitação metodológica objetiva. As principais tentativas de elaboração de uma conceituação mais rigorosa assentam-se sobre a dicotomia bens e serviços, muito embora o significado econômico dessa relação não seja algo evidente. (ANDRADE, 1994 p.5)

Ainda segundo Andrade (1994):

O termo “serviços” foi utilizado, pela primeira vez, por Fisher (1952) que designou como setor de serviços aquelas atividades econômicas que se caracterizavam por não serem produtoras de bens materiais. A conceituação dos serviços se tornou mais universal e mais rigorosa a partir do trabalho de Hill (1977). O autor define duas características-chaves na conceituação das atividades que compõem o setor de serviços: 1) a atividade de um serviço determina uma mudança na condição de uma pessoa, ou de uma mercadoria pertencente a uma unidade econômica, que ocorre com a concordância da pessoa interessada ou da unidade econômica proprietária da mercadoria; 2) esta mudança é resultado de uma atividade de outra unidade econômica. Nesse sentido, o processo de produzir um serviço é a atividade afeta a pessoa ou produto pertencente a alguma unidade econômica, enquanto que o produto do serviço é a mudança na condição da pessoa ou bem afetado. (ANDRADE, 1994 p.5-6).

A proposta de conceituação, proposta por Hill, está diretamente relacionada àquelas características que hoje são consideradas próprias do setor de serviços. Segundo Andrade (1994):

as categorias de bens e serviços pertencem a lógicas diferentes; assim, determinadas características dos bens não podem ser transferidas para os serviços. A proposta de conceituação de Hill, embora mais elaborada, consiste em uma discussão acerca das características que se costuma levantar como atributos de diferenciação dos serviços: perecibilidade, intransportabilidade, simultaneidade do consumo e da produção, inestocabilidade e intangibilidade. A proposta de classificação de Hill, ainda que tenha significado um avanço na literatura acerca da conceituação dos serviços, apresenta insuficiências, dado o universo de atividades que compreendem esse setor. (ANDRADE 1994 p. 6)

A controvérsia metodológica do tema tem contribuído para a melhoria dos estudos. Os estudos têm apresentados cada vez mais refinamentos, e estão apontando, se não para um consenso, pelo menos para uma melhor conceituação e entendimento desse setor econômico:

Uma caracterização mais detalhada foi feita por Riddle (1986). A autora propõe uma definição a partir de três elementos: a natureza do produto, a natureza dos insumos e do propósito do processo de produção. A conjugação desses três elementos permitiria estabelecer uma definição dos serviços. O produto das indústrias de serviços teria sua especificidade devida ao fato de ser “primariamente um processo ou atividade”, derivando daí o atributo de intangibilidade. Do ponto de vista dos insumos específicos, os serviços se caracterizam por atuar sobre “as pessoas ou suas posses”, do que decorre a existência de uma relação complexa entre fornecedor e o usuário do serviço. Nesses dois pontos a tentativa de Riddle se assemelha ao trabalho de Hill. No que diz respeito ao propósito da produção de serviços, o objetivo seria prover utilidades de tempo, lugar e forma. A autora define os serviços como atividades econômicas que provêm utilidades de tempo, lugar e forma ao causarem uma mudança no ou para o usuário do serviço. (ANDRADE, 1994 p. 6).

Segundo Andrade (1994) várias tentativas de refinamento da definição dos serviços foram feitas por meio da construção de tipologias do setor terciário para facilitarem a compreensão destas atividades e minimizarem os problemas advindos dessa grande diversificação de atividades. Para esta autora:

Uma proposta de classificação relevante e internacionalmente utilizada na literatura foi elaborada por Browning e Singelmann (1978). Os autores dividem as atividades terciárias em quatro grupos distintos, de acordo com a orientação da demanda dos serviços: serviços distributivos (demandado pelas empresas posteriormente ao processo produtivo); serviços produtivos (demandado pelas empresas durante o processo produtivo, são por natureza produtos intermediários); serviços pessoais (demanda individual); serviços sociais (demanda coletiva). Assim, a base teórica para a distribuição dos serviços dá-se de acordo com a estrutura de demanda, ou seja, demanda dos produtores, demanda final, demanda social e demanda individual. Os serviços integrados com a atividade produtiva (especialmente industrial) são produtivos (integração “para trás” da indústria como consumidora de serviços) e os distributivos (integração “para frente” da indústria como produtora de mercadorias para os serviços). (ANDRADE, 1994, p.7 – grifo da autora) ⁽³⁾

Finalmente, temos a tipologia apresentada por Browning, Singelmann & Elfring (1988). Neste trabalho, segundo Andrade (1994):

A diferença básica é que Elfring classificou os serviços postais nos serviços de comunicação, pertencente ao subgrupo dos serviços distributivos enquanto que a tipologia anterior os havia classificado nos serviços sociais. Esta diferenciação se justifica, dado que as estatísticas oficiais nos países europeus não apresentam desagregação dos serviços de comunicação. Esse tipo de classificação permite analisar o setor terciário segundo grupos mais homogêneos, o que torna possível uma análise mais objetiva e esclarecedora do perfil e da dinâmica do setor de serviços. (ANDRADE, 1994, p. 8)

No presente estudo, com vistas aos objetivos traçados, esta última tipologia será aquela que utilizaremos e procuraremos adaptar à base de dados utilizada – RAIS.

4) CONSIDERAÇÕES SOBRE A BASE DE DADOS

No presente estudo a fonte básica de informações advém dos dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, disponibilizados em CD Rom pelo Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE. A RAIS foi criada pelo Decreto 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Ela substituiu as declarações do artigo 354 da Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T - (a chamada Lei dos 2/3). Devido à riqueza de informações

prestadas e a periodicidade anual dos dados, a RAIS apresenta um enorme potencial para aqueles interessados em questões referentes ao mercado formal de trabalho no Brasil. Por mercado formal de emprego, entende-se aquele em que prevalecem relações de trabalho assalariadas. Dele fazem parte o conjunto de empresas que apresentam relações jurídicas de trabalho, proporcionando ao indivíduo proteção como INSS, FGTS, Seguro Desemprego, PIS/PASEP, entre outros.

Este estudo baseou-se nos dados da RAIS – Trabalhadores de 1997 e 2004. 2004 é o último ano disponibilizado em CD, pelo MTE, até o presente momento. O ano de 1997 foi escolhido por ser o ano mais recente que permite, em termos metodológicos, algum tipo de comparação. Os dados da RAIS processados através do Programa SGT 7.0, fornecido pelo MTE. As fontes básicas de informações utilizadas, relativas a dados da RAIS para o ano de 2004 referem-se trabalhadores formais registrados em 31 de dezembro de 2004, classificados como pertencentes ao setor de serviços, conforme a tipologia supracitada e adaptada para o presente estudo, e de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (2002), processadas ao nível de cinco dígitos.

Segundo a tipologia adotada, os ramos de atividade econômica estão agregados em quatro grupos: Serviços produtivos, Serviços distributivos, Serviços Sociais e Serviços Pessoais. O critério de classificação dos serviços nos quatro grupos principais é o tipo de demanda. Os serviços produtivos e os serviços distributivos são demandados principalmente pela indústria, enquanto os serviços sociais e pessoais se caracterizam por serem demandados basicamente pelo setor pessoal da economia. No presente estudo, adequou-se esta proposta de tipologia à classificação dos ramos de atividade econômica disponíveis na RAIS, de acordo com a CNAE. Cada ramo dos serviços é composto de subgrupos de setores que foram agregados de acordo com a homogeneidade do tipo de atividade.

4.1) COMPOSIÇÃO DO SETOR SERVIÇOS

a) SERVIÇOS PRODUTIVOS

Os serviços produtivos são demandados, sobretudo, pelo setor industrial da economia. Muito embora possam também sê-lo por consumidores, os determinantes

principais da demanda desses serviços são as decisões de investimento e produto das empresas, uma vez que estes se caracterizam como auxiliares ao processo produtivo. Os serviços produtivos podem ser oferecidos, tanto por empresas individuais prestadoras de serviços, como podem estar inseridos na própria corporação industrial.

Neste grupo distinguem-se quatro subgrupos de serviços produtivos, de acordo com a natureza da atividade econômica. A classificação dos ramos da RAIS, segundo a CNAE, e tendo em vista a tipologia nos serviços produtivos é composta por: Serviços profissionais e de negócios; Serviços financeiros; Serviços imobiliários; Serviços de seguros.

b) SERVIÇOS DISTRIBUTIVOS

Os serviços distributivos também se caracterizam com serviços cuja demanda majoritária tem origem na indústria. A diferença fundamental que distingue os serviços produtivos dos serviços distributivos, é que estes não participam diretamente do processo produtivo, mas se caracterizam como serviços auxiliares necessários somente após a conclusão da produção de mercadorias. As principais funções desses serviços envolvem atividades de transporte de mercadores e informações. Neste grupo distinguem-se quatro subgrupos de ramos: Comércio varejista; Comércio atacadista; Serviços de transporte; Comunicações; Serviços auxiliares

c) SERVIÇOS SOCIAIS

Os serviços sociais caracterizam-se, principalmente, por representarem uma demanda coletiva e por serem, basicamente, não comercializáveis. Em geral são ofertados pelo setor público e não guardam grandes disparidades em termos de oferta regional. O que se pode notar é a diferença do peso da participação desse grupo na geração de empregos no setor terciário, a qual é resultado de estágios diferenciados de desenvolvimento das demais atividades do terciário. Os serviços sociais podem ser divididos em quatro subgrupos: Serviços públicos (vinculados à administração direta); Serviços de saúde; Serviços de Educação; Serviços sociais diversos

d) SERVIÇOS PESSOAIS E DOMICILIARES

Os serviços pessoais e domiciliares, que atendem basicamente à demanda individual, são caracterizados em cinco subgrupos, diferenciados de acordo com a natureza da atividade econômica: hotéis, bares e restaurantes; recreação e diversão; serviços domésticos; serviços de reparo; serviços pessoais diversos.

5) MERCADO DE TRABALHO FORMAL E PERFIL DOS OCUPADOS EM SERVIÇOS PESSOAIS E DOMICILIARES NO BRASIL ENTRE 1997 E 2004.

Conforme destacado na tabela 1, ainda em 2004, e mantendo-se uma tendência observada em trabalhos anteriores a este (GALETE, 2004), apesar de permanecer no mesmo patamar em termos de participação relativa, ainda é expressiva a participação do emprego no setor de serviços no mercado de trabalho formal brasileiro, qual seja, algo em torno de 70%. Em termos absolutos, o crescimento do setor de serviços foi ainda mais expressivo, mais de 31 milhões de trabalhadores, superando, em muito, os setores primários (1,7 milhões) e secundário (4,7 milhões).

Tabela 1: Distribuição dos ocupados e rendimento médio (em quantidades de salários mínimos) nos setores de atividade econômica – Brasil, 1997 – 2004.

Setores de Atividade Econômica	Ocupados em 1997	Participação %	Renda em S.M.	Ocupados em 2004	Participação %	Renda em S.M.
Primário ⁽⁴⁾	1.029.297	4,3	2,6	2.741.144	6,1	1,9
Secundário ⁽⁵⁾	6.158.571	25,5	5,8	10.849.240	24,2	3,9
Serviços distributivos ⁽⁶⁾	4.696.750	19,5	4,2	9.909.946	22,2	2,8
Serviços produtivos ⁽⁷⁾	3.050.833	12,7	7,5	6.949.576	15,6	4,3
Serviços Sociais ⁽⁸⁾	7.954.576	33,0	5,9	11.831.804	26,5	4,7
Serviços Pessoais e Domiciliares ⁽⁹⁾	1.182.724	4,9	3,3	2.399.492	5,4	2,3
Outros ⁽¹⁰⁾ e Ignorados	31.677	0,1	2,4	2.708	0,0	9,5
TOTAL	24,104.428	100,0	5,5	44.683.910	100,0	3,7

Fonte: RAIS – Trabalhadores. Ministério do Trabalho e Emprego

Especificamente em relação aos serviços pessoais e domiciliares, estes respondiam por 4,9% do total dos ocupados formais em 1997 (1.182.724) e subiram para 5,4% em 2004. Apesar dos serviços pessoais e domiciliares terem a menor participação em termos relativos, a exemplo dos demais serviços (exceção feita aos serviços sociais), no período em análise, todos apresentaram crescimento na sua participação relativa.

Conforme destacado anteriormente, em que pesa, nos dias de hoje, o elevado grau de informalidade do mercado de trabalho brasileiro (ULYSSEA, 2005) e, em especial, aquela observada no setor de serviços (KON, 2004), o mercado formal dos serviços pessoais e domiciliares merece atenção dos estudiosos do mercado de trabalho, já que boa parte dos direitos dos trabalhadores na sociedade capitalista ainda se dá por meio do trabalho e, em especial, no caso brasileiro, pelo mercado de trabalho formal, aqui entendido como trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

Para análise dos rendimentos, em termos metodológicos, optou-se pela utilização do rendimento médio, expresso em termos de quantidades de salários mínimos (SM). A conversão desses valores pelo salário mínimo médio real, conforme disponível em <www.ipea.gov.br>, em nada alterariam os resultados.

No que diz respeito aos rendimentos, conforme tabela 2, aliado ao fato dos serviços pessoais e domiciliares terem a menor participação no “privilegiado” mundo do trabalho formal, soma-se e chama atenção o fato de ser este o segmento que apresenta os piores rendimentos médios.

Em 1997, o rendimento médio, verificado para os trabalhadores formais nos serviços pessoais e domiciliares (4,9), era ligeiramente superior ao rendimento dos trabalhadores do setor primário (4,3) e pouco acima da metade do rendimento percebido pelos trabalhadores no setor secundário (5,8). Este baixo rendimento também era inferior ao conjunto dos trabalhadores no mercado formal de trabalho (5,5). Em 2004, a situação não melhorou muito e, sob certos aspectos, ainda piorou. Em 2004 o rendimento dos trabalhadores formais nos serviços pessoais e

domiciliares (2,3) era apenas 21% superior ao observado no setor primário (1,9) e quase 40% inferior ao rendimento observado para o conjunto dos trabalhadores no mercado formal de trabalho (3,7).

Tabela 2: Distribuição dos ocupados dos rendimentos nos Serviços Pessoais e Domiciliares, segundo os ramos de atividades – Brasil, 1997 – 2004.

Ramo de atividade	Ocupados em 1997	Participação %	Renda em S.M.	Ocupados em 2004	Participação %	Renda em S.M.
Manutenção e reparação	144.178	14,3	3,0	185.403	11,7	2,2
Alojamento e alimentação	527.141	52,2	2,5	969.187	61,3	1,9
Atividades recreativas, culturais e desportivas	238.616	23,6	5,8	274.430	17,4	3,9
Serviços domésticos remunerados	2.520	0,3	3,2	10.588	0,7	1,6
Outros serviços pessoas	97.962	9,7	2,6	142.588	9,0	1,8
TOTAL	1.010.414	100,0	3,4	1.581.640	100,0	2,3

Fonte: RAIS – Trabalhadores. Ministério do Trabalho e Emprego

A análise da composição interna dos rendimentos percebidos pelo setor de serviços, incluídos também o segmento do comércio (serviços distributivos), revela um quadro que confirma a tese de que o segmento dos serviços pessoais e domiciliares, mesmo em se tratando do mercado formal, é caracterizado por rendimentos bastante baixos, quando comparados com o conjunto do setor de serviços.

O rendimento médio dos serviços pessoais e domiciliares é o menor dentre todos os “serviços” analisados, e guarda uma considerável distância sobretudo levando-se em conta os rendimentos médios percebidos pelos trabalhadores formais dos serviços produtivos e serviços sociais. Em 1997, o rendimento dos trabalhadores nos serviços pessoais e domiciliares era, respectivamente, 56% e 44% inferiores àqueles observados nos serviços produtivos (7,5) e sociais (5,9). Em 2004, o quadro apenas se “inverte” ligeiramente, 47%(4,3) e 51%(4,7) respectivamente.

A análise temporal (1997 a 2004) revela que, em termos de rendimento médio, em todos os setores verificou-se uma diminuição no nível dos rendimentos médios percebidos pelos trabalhadores empregados no mercado de trabalho formal. Cumpre destacar ainda, conforme destacado na tabela 3, que 1997 e 2004 foram anos de crescimento relativamente intenso do Produto Interno Bruto (P.I.B.), 3,27 e 4,94 respectivamente, o que vem a demonstrar a precarização e degradação das condições do trabalho no período recente (MATOSO, 2000), em que temos tido, ainda que de maneira irregular, crescimento do produto com queda geral no nível dos rendimentos.

Tabela 3: Taxa de variação do Produto Interno Bruto – Brasil (1997 a 2004)

Período	Taxa de variação do P.I.B.
1997	3,27
1998	0,13
1999	0,79
2000	4,36
2001	1,31
2002	1,93
2003	0,54
2004	4,94

Fonte: <www.ipea.gov.br/ipeadata>

Tendo em vista a tipologia e a metodologia adotada no presente estudo, com base nos dados da RAIS – Trabalhadores de 1997 e 2004, far-se-á uma análise desagregada da evolução e do perfil dos trabalhadores formais nos serviços pessoais e domiciliares.

Do total dos trabalhadores formais, os serviços pessoais e domiciliares, conforme tabela 2, a maior concentração encontra-se nos serviços de alojamento e alimentação (52,2% e 61,3%) respectivamente, seguido das atividades recreativas, culturais e desportivas (23,6% e 17,4%) respectivamente. Apesar de todos os segmentos dos serviços terem apresentado crescimento em termos absolutos, em termos de participação relativa apenas os serviços de alojamento e alimentação e os

serviços domésticos remunerados tiveram aumentadas as suas participações (9,1 e 0,4 pontos percentuais respectivamente).

No caso dos serviços de alojamento e alimentação, este comportamento pode estar refletindo o dinamismo do crescimento relacionado às atividades ligadas à cadeia produtiva da indústria do turismo no Brasil. No caso dos serviços domésticos remunerados, tal comportamento pode estar confirmado o fato de que, em se tratando do setor que mais cresce (serviços) e, tratando-se do mercado formal de trabalho, o Brasil ainda continua sendo “campeão” na geração de empregos domésticos (POCHMANN, 2001).

A análise dos rendimentos confirmou que, mesmo em se tratando do segmento formal, prevalece ainda a heterogeneidade dos rendimentos. Especificamente no que tange a esse ponto, Moraes (2005) esclarece que:

A heterogeneidade é uma característica peculiar e estrutural do próprio mercado de trabalho nacional. No entanto, em se tratando dos serviços pessoais e domiciliares, tendo em vista, inclusive, a diversidade de seus segmentos, tal heterogeneidade se intensifica. (MORAIS, 2005, p. 42)

Para ilustrar tal heterogeneidade destaca-se o fato de que nas atividades recreativas, culturais e desportivas, consideradas como serviços “superiores,” o rendimento médio registrado, quando comparados com o rendimento das atividades que ocupam as últimas posições na escala de rendimentos em 1997 e 2004 (alojamento e alimentação e serviços domésticos remunerados), os rendimentos médios chegam a mais de 2,5 vezes o verificado naquelas atividades. Em 2004, nos serviços domésticos remunerados, um dos únicos a aumentar a sua participação relativa, o rendimento médio observado ainda é o mais baixo de todos. Estes trabalhadores recebem um rendimento quase 60% inferior aos observados nas atividades recreativas, culturais e desportivas e 30% abaixo da média do conjunto dos ocupados nos serviços pessoais e domiciliares. Em resumo: o rendimento nos serviços pessoais e domiciliares é muito baixo e, principalmente nos segmentos dos serviços pessoais e domiciliares em que mais se geram oportunidades de trabalho encontram-se os piores rendimentos.

A análise da distribuição dos ocupados por gênero, conforme tabela 4, revelou que parece haver mudanças significativas nessa distribuição. Em 1997, a grande maioria deste setor era formada por trabalhadores do sexo masculino (61%). Em 2004, apesar dos trabalhadores do sexo masculino ainda serem a maioria (55%), as mulheres já representavam 45% dos ocupados nos serviços pessoais e domiciliares. Para o conjunto do mercado de trabalho (formal e informal) dos serviços pessoais e domiciliares no Brasil, a maior participação dos ocupados do sexo feminino pode estar relacionado à maior participação das mulheres no segmento serviços domésticos remunerados, em especial na categoria de Empregadas Domésticas, uma vez que, no caso do mercado de trabalho brasileiro, historicamente, esta tem sido a principal “porta de entrada” para uma proporção expressiva de trabalhadores.

No caso do mercado formal dos serviços pessoais e domiciliares, tal comportamento pode estar apontando para uma maior “feminilização” dos serviços pessoais e domiciliares impulsionado, talvez, pelo desemprego dos homens; possivelmente influenciado pela recessão econômica e pela reestruturação industrial, o que obriga maiores contingentes de trabalhadores a ingressarem no mercado de trabalho formal para “completar ou compensar” o rendimento (ou a falta de rendimento) dos homens.

No que tange ao conjunto dos serviços pessoais e domiciliares em termos absolutos tivemos uma variação absoluta para ambos os gêneros, porém a variação observada para o gênero feminino foi bem mais expressiva do que aquela observada para o gênero masculino (78,4% contra 42,5%), denotando um maior incremento para os ocupados do sexo feminino.

No que tange aos rendimentos, mesmo em se tratando do segmento formal do mercado de trabalho, estando inserido no setor de serviços pessoais e domiciliares, que tem o pior nível de rendimento do setor de serviços analisados, o valor registrado dos rendimentos das mulheres é 20% inferior ao percebido pelos homens e 13% inferior ao conjunto dos ocupados nos serviços pessoais e domiciliares. Apesar de que em 2004 ter ocorrido queda no rendimento, tanto dos homens, quanto das mulheres, em termos absolutos ela foi maior para os homens (1,1 S.M.)

comparativamente às mulheres (0,9 S.M.). Entretanto, no limite, o efeito dessa redução nos rendimentos tem um impacto mais significativo no caso das mulheres, que percebem os piores rendimentos dos trabalhadores ocupados nos serviços pessoais e domiciliares.

Tabela 4: Distribuição dos ocupados dos rendimentos nos Serviços Pessoais e Domiciliares, segundo o gênero – Brasil, 1997 – 2004.

Gênero	Ocupados em 1997	Participação %	Renda em S.M.	Ocupados em 2004	Participação %	Renda em S.M.
MASCULINO	615.297	60,9	3,6	876.860	55,4	2,5
FEMININO	395.120	39,1	2,9	704.780	44,6	2,5
TOTAL	1.010.417	100,0	3,4	1.581.640	100,0	2,3

Fonte: RAIS – Trabalhadores. Ministério do Trabalho e Emprego

Analisando a distribuição dos trabalhadores ocupados nos serviços pessoais e domiciliares por faixa etária, ao longo do período analisado, constata-se que mais de 2/3 deles estavam concentrados na faixa etária de 25 a 49 anos que concentram, respectivamente, 60,5% e 65,3% em 1997 e 2004. Chama atenção o fato de que a participação dos trabalhadores concentrados na faixa etária de 50 anos ou mais quase dobrou, passando de 4,8% em 1997 para 8,3% em 2004. Tal fato pode estar denotando que, possivelmente, os trabalhadores com essa faixa de idade estão realizando atividades com o objetivo de complementarem seus rendimentos.

Concomitantemente, observa-se uma redução em termos relativos dos adolescentes, ocupados nas faixas de 10 a 17 anos e entre os jovens (18 a 24 anos). Tal movimento parece representar um processo de amadurecimento dos trabalhadores formais ocupados nos serviços pessoais e domiciliares. No entanto, tal “amadurecimento” não vem acompanhado de melhoria no nível dos rendimentos, uma vez que tem sido observada queda no nível de rendimentos em todas as faixas etárias. E por fim, mas não menos importante, chama atenção o fato de os adolescentes e jovens receberem rendimentos abaixo da média dos ocupados no conjunto dos serviços pessoais e domiciliares.

Tabela 5: Distribuição dos ocupados dos rendimentos nos Serviços Pessoais e Domiciliares, segundo a faixa etária – Brasil, 1997 – 2004.

Faixa etária	Ocupados em 1997	Participação %	Renda em S.M.	Ocupados em 2004	Participação %	Renda em S.M.
De 10 a 17	40.647	4,0	1,5	25.364	1,6	1,2
De 18 a 24	279.584	27,7	2,4	393.421	24,9	1,7
De 25 a 49	611.689	60,5	3,8	1.031.764	65,3	2,5
50 ou mais	76.839	7,6	4,8	131.068	8,3	3,3
Ignorado	1.658	0,2	2,3	23	0,0	2,2
Total	1.010.417	100,0	3,4	1.581.640	100,0	2,3

Fonte: RAIS – Trabalhadores. Ministério do Trabalho e Emprego

Os serviços pessoais e domiciliares, no que diz respeito ao nível de escolaridade, em 1997, conforme tabela 6, ainda era marcado por uma alta proporção de trabalhadores com baixo nível de escolaridade. Quase a metade dos trabalhadores (46%) não possuíam sequer o primeiro grau completo (7 anos de escolaridade) e apenas 3,7% do total dos ocupados possuíam nível superior completo.

Em 2004, comparativamente, os dados apontam para melhorias relativamente significativas no nível de escolaridade dos ocupados, quais sejam: 1) redução absoluta e relativa de analfabetos e trabalhadores com 8ª série incompleta; 2) aumento absoluto e relativo, ainda que em menor grau, nas faixas de escolaridade média (segundo grau incompleto – 8 a 10 anos), com destaque expressivo para a camada superior dessa faixa (superior incompleto - 11 a 14 anos). A faixa que apresentou o menor crescimento em termos relativos foi a de superior completo, embora tenha tido aumentado quase 80% em termos absolutos.

Este comportamento pode representar um crescimento das novas exigências de determinadas atividades do setor de serviços pessoais e domiciliares, mas, também, refletir o problema do alto desemprego, o que obriga, em muitos casos, o trabalhador um pouco mais qualificado a inserir-se em ocupações que, historicamente, nunca tiveram muitas exigências em termos de credenciais educacionais.

Embora possa ser verificado um aumento no nível de rendimento dos ocupados em relação ao maior tempo de escolaridade em cada ano, não necessariamente há melhoria no nível de rendimentos de um ano para outro, já que há queda no nível de rendimento para todos os níveis de instrução, sendo mais significativas aquelas dos trabalhadores com superior incompleto e superior completo, que são justamente uma das faixas que mais cresceram em termos de participação relativa (de 18,8% para 33,4%), ou seja, exige-se mais educação, embora não esteja havendo contrapartida no nível de remuneração.

Tabela 6: Distribuição dos ocupados dos rendimentos nos Serviços Pessoais e Domiciliares, segundo o grau de instrução – Brasil, 1997 – 2004.

Anos de estudo	Ocupados em 1997	Participação %	Renda em S.M.	Ocupados em 2004	Participação %	Renda em S.M.
Analfabeto	18.476	1,8	2,7	9.703	0,6	1,7
Até 7	443.191	43,9	2,6	417.857	26,4	1,9
De 8 a 10	357.485	35,4	2,8	623.326	39,4	1,9
De 11 a 14	152.168	15,1	6,1	463.236	29,3	3,4
15 ou mais	36.884	3,7	12,9	65.517	4,1	7,5
Ignorado	2.213	0,2	1,9	0	-	-
Total	1.010.417	100,0	3,4	1.581.640	100,0	2,3

Fonte: RAIS – Trabalhadores. Ministério do Trabalho e Emprego

A título de ilustração, em 1997, passar de uma faixa de escolaridade para uma outra com mais anos de estudo representava obter um aumento maior no rendimento médio auferido. Por exemplo: completando o primeiro grau obtinha-se um aumento de “quase” 8% nos rendimentos; completando o 2º grau o rendimento triplicava; completando o curso superior o rendimento duplicava. Em 2004, a repetição desse mesmo desempenho educacional não obtinha o mesmo desempenho: completar o primeiro grau não representava aumento algum nos rendimentos; obtendo o 2º grau, os rendimentos aumentam quase 80%; tendo o nível superior, o resultado é o mesmo de 1997, ou seja, a renda dobra. Só o segundo grau incompleto parece ser mais valorizado nos serviços pessoais e domiciliares.

Ocorre que apenas pouco mais de 1/3 dos ocupados nos serviços pessoais e domiciliares estavam concentrados nesta faixa de escolaridade em 2004. Mesmo em seu segmento formal, os serviços pessoais e domiciliares ainda é um setor marcado pelos baixos níveis de escolaridade, uma vez que, em 2004, somente 4,1%

possuíam nível superior e mais de 2/3 (66,4%) possuíam no máximo o 1º grau completo. Conforme destacado por Morais (2005):

Tal constatação nos leva a refletir acerca da idéia da “precariedade da inserção do povo pobre e de sua necessidade de sondar e delinear continuamente brechas para subsistir” (Lessa, 2000: 228), tendo em vista a “vasta panóplia de empregos possíveis” (Castel, 1999), ou seja, de atividades “serviçais” que não exigem estudo e/ou qualificações técnicas. Em outros termos, os baixos níveis de escolaridade guardam certa relação com determinadas atividades em que o nível de escolaridade mínimo não se coloca como uma “barreira à entrada”, sobretudo no contexto atual marcado por altas e prolongadas taxas de desemprego e de “estreitamento” do mercado formal de trabalho (Baltar, 2003) [...] Do ponto de vista da literatura internacional, conforme o já mencionado autor Robert Castel (1999), é possível distinguir dois grandes tipos de serviços pessoais: os chamados “serviços de reparação”, conforme propugnou Erving Goffman e os serviços do tipo “jazidas de empregos”. Em relação aos “serviços de reparação”, vale esclarecer que estes se dão no sentido de “intervenção sobre outrem”, ou seja, trata-se principalmente de atividades médicas, sociais, médico-sociais, podendo também acrescentar atividades como de advogados, arquitetos, psicólogos, ou seja, atividades que exigem especialidades dotadas de “competência técnica muito ou relativamente sofisticada”. Castel defende a idéia de serem serviços de ajudas à pessoa “cuja necessidade se faz sentir por causa da quebra das formas de ajuda mútua informal que é induzida pela urbanização, pelo estreitamento das relações familiares sobre a família conjugal, pelas pressões da organização do trabalho, etc.”. Para o autor, “o profissional sobrecarregado pode não ter tempo de levar seu cachorro para passear, e não pode pedir esse serviço a seus vizinhos, por que não tem nenhuma relação com eles”, além do que, “pode não saber cozinhar e pedir para lhe entregarem uma pizza...” Eis o que ele chama de “jazidas de empregos”, ou melhor, de subempregos, “que são, de fato, o financiamento de serviços de ordem doméstica”. (MORAIS, 2005, p. 47-48)

A tabela 7 reafirma o fato de que, mesmo em seu segmento formal, os serviços pessoais e domiciliares trata-se de um subsetor marcado fundamentalmente pelos baixos rendimentos. Além de haver entre 1997 e 2004 uma significativa piora na distribuição dos ocupados, tendo em vista, por um lado, o aumento na participação relativa dos que ganham menos de um salário mínimo e, por outro lado, a redução dos ocupados nas faixas de salários médios e superiores, ainda assim, 80% dos trabalhadores formais nos serviços pessoais e domiciliares percebem, no máximo, até três salários mínimos.

Tabela 7: Distribuição dos ocupados dos rendimentos nos Serviços Pessoais e Domiciliares, segundo a faixa de rendimentos – Brasil, 1997 – 2004.

Faixa de rendimentos em S.M.	Ocupados em 1997	Participação %	Ocupados em 2004	Participação %
Menos de 1	41.549	4,1	95.176	6,0
De 1 a 3	669.925	66,3	1.262.913	79,8
De 3 a 5	167.986	16,6	129.914	8,2
De 5 a 10	82.976	8,2	60.091	3,8
De 10 a mais	43.941	4,3	26.816	1,7
Ignorado	4.040	0,4	6.730	0,4
Total	1.010.417	100,0	1.581.640	100,0

Fonte: RAIS – Trabalhadores. Ministério do Trabalho e Emprego

Aqui, confirma-se e reforça-se o traço histórico/estrutural do mercado de trabalho da economia brasileira, presente desde a sua origem, qual seja, ser um mercado de trabalho marcado pelos baixos salários.

6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mantendo-se uma tendência observada, apesar de permanecer no mesmo patamar em termos de participação relativa, ainda é expressiva a participação do emprego no setor de serviços no mercado de trabalho formal brasileiro. Em termos absolutos, o crescimento do setor de serviços foi ainda mais expressivo. Tem aumentado a participação dos serviços pessoais e domiciliares. Apesar dos serviços pessoais e domiciliares terem a menor participação em termos relativos, a exemplo dos demais serviços (exceção feita aos serviços sociais), no período em análise, todos apresentaram crescimento na sua participação relativa.

Em que pese o elevado grau de informalidade do mercado de trabalho brasileiro e, em especial, aquela observada no setor de serviços, o mercado formal dos serviços pessoais e domiciliares merece atenção dos estudiosos do mercado de trabalho, já que boa parte dos direitos dos trabalhadores na sociedade capitalista ainda se dá através do trabalho e, em especial, no caso brasileiro, pelo mercado de trabalho formal, aqui entendido como trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

Aliado ao fato dos serviços pessoais e domiciliares terem a menor participação no “privilegiado” mundo do trabalho formal, soma-se e chama atenção o fato de ser este o segmento que apresenta os piores rendimentos médios.

A análise da composição interna dos rendimentos percebidos pelo setor de serviços, incluídos também o segmento do comércio (serviços distributivos), revela um quadro que confirma a tese de que o segmento dos serviços pessoais e domiciliares, mesmo em se tratando do mercado formal, é caracterizado por rendimentos bastante baixos, quando comparados com o conjunto do setor de serviços.

A análise temporal (1997 a 2004) revelou que, em termos de rendimento médio, em todos os setores verificou-se uma diminuição no nível dos rendimentos médios percebidos pelos trabalhadores empregados no mercado de trabalho formal, mesmo em períodos de crescimento relativamente intenso do P.I.B., o que vem a demonstrar a precarização e degradação das condições do trabalho no período recente, em que temos tido, ainda que de maneira irregular, crescimento do produto com queda geral no nível dos rendimentos.

Do total dos trabalhadores formais, nos serviços pessoais e domiciliares, a maior concentração encontra-se nos serviços de alojamento e alimentação, seguido das atividades recreativas, culturais e desportivas. Apesar de todos os segmentos dos serviços terem apresentado crescimento em termos absolutos, em termos de participação relativa apenas os serviços de alojamento e alimentação e os serviços domésticos remunerados tiveram aumentadas as suas participações.

No caso dos serviços de alojamento e alimentação, este comportamento pode estar refletindo o dinamismo do crescimento relacionado às atividades ligadas à cadeia produtiva da indústria do turismo no Brasil. No caso dos serviços domésticos remunerados, tal comportamento pode estar confirmado o fato de que, em se tratando do setor que mais cresce (serviços) e, tratando-se do mercado formal de trabalho, o Brasil ainda continua sendo “campeão” na geração de empregos domésticos. A análise dos rendimentos confirmou que, mesmo em se tratando do segmento formal, prevalece ainda a heterogeneidade dos rendimentos. O rendimento nos serviços pessoais e domiciliares é muito baixo e, esses segmentos são os que mais se geram oportunidades de trabalho e encontram-se os piores rendimentos.

A análise da distribuição dos ocupados por gênero revelou que parece haver mudanças significativas nessa distribuição. Em 1997, a grande maioria deste setor era formada por trabalhadores do sexo masculino. Em 2004, apesar dos trabalhadores do sexo masculino ainda serem a maioria, as mulheres já representavam 45% dos ocupados nos serviços pessoais e domiciliares. Para o conjunto do mercado de trabalho (formal e informal) dos serviços pessoais e domiciliares no Brasil a maior participação dos ocupados do sexo feminino pode estar relacionado a maior participação das mulheres no segmento serviços domésticos remunerados, em especial na categoria de Empregadas Domésticas, já que, no caso do mercado de trabalho brasileiro, historicamente, esta tem sido a principal “porta de entrada” para uma proporção expressiva de trabalhadores. No caso do mercado formal dos serviços pessoais e domiciliares, tal comportamento pode estar apontando para uma maior “feminilização” dos serviços pessoais e domiciliares impulsionado, talvez, pelo desemprego dos homens; possivelmente influenciado pela recessão econômica e pela reestruturação industrial; o que obriga maiores contingentes de trabalhadores a ingressarem no mercado de trabalho formal para “completar ou compensar” o rendimento (ou a falta de rendimento) dos homens.

No que tange aos rendimentos, mesmo em se tratando do segmento formal do mercado de trabalho, estando inserido no setor de serviços pessoais e domiciliares, que tem o pior nível de rendimento do setor de serviços analisados; o valor registrado dos rendimentos das mulheres é inferior ao percebido pelos homens e inferior ao conjunto dos ocupados nos serviços pessoais e domiciliares.

A análise da distribuição dos trabalhadores ocupados nos serviços pessoais e domiciliares por faixa etária, revelou que parece representar um processo de amadurecimento dos trabalhadores formais ocupados nos serviços pessoais e domiciliares. No entanto, tal “amadurecimento” não vem acompanhado de melhoria no nível dos rendimentos. Adolescentes e jovens recebem rendimentos abaixo da média dos ocupados no conjunto dos serviços pessoais e domiciliares.

Apesar de terem sido observadas melhorias relativamente significativas no nível de escolaridade dos ocupados, os serviços pessoais e domiciliares, no que diz respeito ao nível de escolaridade, o setor ainda são marcados por uma alta proporção de trabalhadores com baixo nível de escolaridade. Estas sensíveis melhorias podem representar um crescimento das novas exigências de determinadas atividades do setor de serviços pessoais e domiciliares, mas também pode refletir o problema do alto desemprego, o que obriga, em muitos casos, o trabalhador um pouco mais qualificado a inserir-se em ocupações que, historicamente, nunca tiveram muitas exigências em termos de credenciais educacionais. Embora possa ser verificado um aumento no nível de rendimento dos ocupados em relação ao maior tempo de escolaridade em cada ano, não necessariamente há melhoria no nível de rendimentos de um ano para outro, ou seja, exige-se mais educação, embora não esteja havendo contrapartida no nível de remuneração.

Mesmo em seu segmento formal, os serviços pessoais e domiciliares, trata-se de um subsetor marcado fundamentalmente pelos baixos rendimentos. Confirma-se e reforça-se o traço histórico/estrutural do mercado de trabalho da economia brasileira, presente desde a sua origem, qual seja, ser um mercado de trabalho marcado pelos baixos salários.

Estudos futuros poderiam ser desenvolvidos para averiguar, entre outras coisas, a existência ou não de padrões de diferenciação do mercado formal dos serviços pessoais e domiciliares, em nível de regiões, estados ou municípios representativos. A base de dados permite o acesso aos microdados, o que possibilitaria a realização de estudos econométricos das mais variadas matizes. Fica aqui lançado o desafio, para os pesquisadores interessados em entender melhor a realidade do mercado de trabalho brasileiro, em especial, a dos serviços pessoais e domiciliares.

7) BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. L. O. de. **Distribuição de renda e emprego em serviços**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. Coleção Relatórios de Pesquisa, n. 34, 1976.

ANDRADE, M. V. **Setor serviços no Brasil: a dualidade revisitada**. Dissertação de Mestrado em Economia, CEDPLAR, UFMG, 1994.

BALTAR, P. & DEDECCA, C. **Emprego e salários nos anos 60 e 70**. Campinas: IE/UNICAMP, 1992.

BALTAR, P. **O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90**. IE/UNICAMP, (Tese de Livre Docência em Economia), Campinas, 2003.

BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M.A. (Org.) **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas: UNICAMP – IE, 1998.

BROWNIG, H.C.; SINGELMANN, J & ELFRING, T. **Service Sector Employment in Advance Economies: a comparative analysis of its implications for Economic Growth**. Gower Publishing Company Limited, 1988.

CARDOSO JR, J.C. **Estrutura setorial-ocupacional do emprego no Brasil e evolução do perfil distributivo nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 1999. (Texto para discussão nº. 655)

CARDOSO DE MELO, J.M. & NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L.M. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4.

DEDECCA, C. **Reorganização econômica, absorção de mão-de-obra e qualificação**. Campinas: UNICAMP, 2000.

GALETE, R.A. O setor de serviços em Maringá (Pr): Evolução, conceito, composição, emprego e renda. In: **Revista de Administração NOBEL**. nº.4 Jul. – Dez., 2004

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.

GUERREIRO, M. das D. Os trabalhadores dos serviços de cuidados pessoais e domésticos. In: **Os serviços prestados às famílias: uma análise de quatro conselhos da área metropolitana de Lisboa**. European Foundation for the improvement of living and working conditions. Lisboa, 2000.

HENRIQUE, W. **O capitalismo selvagem: um estudo sobre a desigualdade no Brasil**. Campinas: IE/UNICAMP (Tese de Doutorado em Economia), Campinas, 1999.

KON, A. **Economia de serviços**. Teoria e evolução no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier. 2004.

LESSA, C., et. al. **O Rio de todos os Brasil: uma reflexão em busca de auto-estima**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Coleção Metrópoles.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo. 2000.

MORAIS, L.P. **Mercado de trabalho e os serviços pessoais e domiciliares no Brasil contemporâneo: modernização ou volta ao passado?** Prêmio IPEA-CAIXA, 2005.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **A década dos mitos.** O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto. 2001.

TAVARES, M.da C. A economia política do real. In: MERCADANTE, A. (org) **O Brasil pós Real: a política econômica em debate.** Campinas: IE/UNICAMP, 1997.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. In: **Texto para discussão n. 1070.** IPEA, Rio de Janeiro, Fevereiro de 2005.

NOTAS

⁽¹⁾ Endereço para correspondência: Rua Ivaí, 802 ap. 202-B Cond. Res. Amarylis, Jd. Novo Horizonte Maringá – PR, CEP 87005-270; Fone: (44) 3025 7366; rgalete@uol.com.br.

⁽²⁾ Tais como: barbearias e cabeleireiros; hotéis, pensões, bares e restaurantes; alfaiatarias, sapatarias e ateliês de costura, além dos serviços recreativos, de esporte e de lazer.

⁽³⁾ Segundo ANDRADE 1994: “Esta diferenciação, feita pela literatura, é importante na medida em que permite visualizar o setor de serviços como um setor articulado à dinâmica intersetorial, bem como uma análise de subgrupos dos serviços que apresentam uma dinâmica mais homogênea. Os serviços produtivos e distributivos aparecem como insumos intermediários ao processo de produção. Daí deriva-se a interação “para frente” e “para trás”, entre o setor de produção industrial e o setor de serviços. O dinamismo da produção industrial é alcançado graças ao desenvolvimento dos serviços integrados. São estes que vão garantir melhor gerenciamento, capacidade de centralização de informações através de um sistema ágil de comunicação, condições de crédito e financiamento que aumentam a eficiência do sistema bancário e a mobilidade do capital, e um sistema de distribuição que permite a internacionalização da economia. Os serviços sociais e pessoais, por outro lado, têm sua dinâmica desatrelada à dinâmica da indústria.” (ANDRADE, 1994 p. 8).

⁽⁴⁾ Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca.

⁽⁵⁾ Indústrias extrativas; indústrias de transformação; Produção e distribuição de eletricidade, gás e água; Construção. (**Exclusive:** Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados; Manutenção e reparação de aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefone e transmissores de televisão e rádio – exceto telefones; Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores; Manutenção e reparação de veículos automotores; Manutenção e reparação de motocicletas; Reparação e manutenção de máquinas e de aparelhos eletrodomésticos; Reparação de calçados; Reparação de outros objetos pessoais e domésticos).

⁽⁶⁾ Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; Transporte, armazenagem e comunicações (**Exclusive** correios e telecomunicações).

⁽⁷⁾ Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados; Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.

⁽⁸⁾ Administração pública, defesa e seguridade social; Educação; Saúde e serviços sociais; Outros serviços coletivos, sociais e pessoais; (**Inclusive** correios e telecomunicações e exclusive Atividades recreativas, culturais e desportivas e serviços pessoais).

⁽⁹⁾ Alojamento e alimentação; Serviços domésticos; (**Inclusive:** Atividades recreativas, culturais e desportivas; serviços pessoais; Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados; Manutenção e reparação de aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia e transmissores de televisão e rádio – exceto telefones; Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores; Manutenção e reparação de veículos automotores; Manutenção e reparação de motocicletas; Reparação e manutenção de máquinas e de aparelhos eletrodomésticos; Reparação de calçados; Reparação de outros objetos pessoais e domésticos).

⁽¹⁰⁾ Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Enviado: 25/02/2006

Aceito: 21/03/2006

Publicado: 06/05/2006